

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJINHA

Processo Licitatório nº. 2437/2023

Pregão nº. 016/2023

Inova Produções de Festas e Eventos LTDA, já qualificada, vem, propor: **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em decorrência da sua inabilitação no Processo Licitatório nº. 2437/2023, na modalidade Pregão nº. 016/2023, mediante os fatos e o direito abaixo expostos:

1. DOS FATOS

No dia 1º/06/2023 ocorreu a sessão pública do Processo Licitatório nº. 2437/2023, na modalidade Pregão nº. 016/2023, tendo ocorrido o seguinte para o que nos interessa:

Em seguida, foi feita a abertura e conferência dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação, após conferência da documentação, constatou-se que a empresa INOVA PRODUÇÕES DE FESTAS E EVENTOS LTDA, CNPJ: 30.666.203/0001-82, com representação legal do(a) Sr(a) HELAINE CRISTHINA LORENÇONI, CPF: 088.666.687-29 não apresentou 8.1.6 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: letra g) Certificado de responsabilidade técnica da licitante no CRA (Conselho Regional de Administração, tendo em vista que no parecer jurídico de análise das impugnações apresentadas, o mesmo solicitou que este item fosse retirado do edital, mais por motivo de erro, o mesmo não foi retirado. Diante de tais fatos, fica a empresa INOVA PRODUÇÕES DE FESTAS E EVENTOS LTDA, CNPJ: 30.666.203/0001-82, com representação legal do(a) Sr(a) HELAINE CRISTHINA LORENÇONI, CPF: 088.666.687-29, inabilitada, e abre-se prazo de recurso de 3 dias para que a empresa apresente recurso [...].

Estes são os fatos.

2. DO DIREITO

2.1. DOS PRESUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A sessão pública ocorreu no dia 1º/06/2023, de modo que o prazo para apresentação das razões deste Recurso Administrativo iniciou em 02/06/2023 e findará em 05/06/2023, sendo então tempestivo, conforme (inciso XVIII do art. 4º da Lei nº. 10.520/2022).

2.2. DO MÉRITO

Antes de tudo, crível destacar que após Impugnações ao edital deste certame e emissão de parecer jurídico, o Pregoeiro proferiu Resposta à Impugnação com o seguinte teor:

2. CONCLUSÃO Diante do exposto, o Pregoeiro decide por seguir integralmente o Parecer Jurídico, conforme lei 8.666/93.

Nesse cenário, lembra-se que na ata da sessão pública o Pregoeiro registou, quando da inabilitação da Recorrente por não apresentar “certificado de responsabilidade técnica da licitante no CRA (Conselho Regional de Administração)” previsto na **alínea “g” do item 8.1.6 do edital**, o seguinte:

[...] no parecer jurídico de análise das impugnações apresentadas, o mesmo **solicitou que este item fosse retirado do edital, mais por motivo de erro, o mesmo não foi retirado.** Diante de tais fatos, fica a empresa INOVA PRODUÇÕES DE FESTAS E EVENTOS LTDA, CNPJ: 30.666.203/0001-82, com representação legal do(a) Sr(a) HELAINE CRISTHINA LORENÇONI, CPF: 088.666.687-29, inabilitada

Ora, a aplicação da teoria dos atos próprios, como concreção do princípio da boa-fé objetiva, sintetizada no bocado latino *venire contra factum proprium*, segundo a qual a ninguém é lícito sustentar ou fazer valer um direito em contradição com a sua conduta anterior ou posterior interpretada objetivamente, nos faz concluir que o ato de inabilitação da Recorrente não pode se manter, pois **o próprio Pregoeiro reconheceu que a exigência da alínea “g” do item 8.6.1. do edital foi um erro.** Nesse sentido, o TJMG:

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - PAGAMENTO ADMINISTRATIVO - NEXO DE CAUSALIDADE RECONHECIDO EXTRAJUDICIALMENTE - COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO - GRAU DE INVALIDEZ - COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA.

(...)

O Direito moderno não compactua com o venire contra factum proprium, que se traduz como o exercício de uma posição jurídica em contradição com o comportamento assumido anteriormente. (TJMG – Apelação Cível nº. 1.0000.22.140011-2/001 – Rel. Des. Estevão Lucchesi – Data da publicação da súmula: 05/08/2022)

Em termos outros: de acordo com o princípio da vedação ao comportamento contraditório – *nemo potest venire contra factum proprium* –, não é dado ao Pregoeiro praticar conduta contraditória, ou seja: inabilitar a Recorrente por ausência de cumprimento da alínea “g” do item 8.1.6 do edital, em relação a comportamento já assumido anteriormente, é dizer: decisão eliminando este requisito técnico, sob pena de ofensa aos princípios da segurança jurídica.

No mais dos mais, a exigência da alínea “g” do item 8.1.6 do edital é jurídica e faticamente impossível de cumprimento, pois **não existe certificado de responsabilidade técnica de licitante**, ou seja: da pessoa jurídica, mas, apenas de pessoa física, consoante Resolução Normativa nº. 519/2017 do Conselho Federal de Administração – CFA –, a qual “Dispõe sobre o Manual de Responsabilidade Técnica do Profissional de Administração” e dispõe que:

4. Certificado de Responsabilidade Técnica – CRT, instituída por Resolução Normativa específica do CFA (ANEXO V)

4.1 O Certificado de Responsabilidade Técnica – CRT foi instituído com objetivo de divulgar aos clientes e à sociedade, o **nome do Profissional de Administração Responsável Técnico pelos serviços prestados pela Pessoa Jurídica registrada**, facilitando a comunicação destes com o CRA, em caso de insatisfação/reclamação.

Não obstante, o erro se intensifica ainda mais quando o foi eliminado do edital a exigência prevista na alínea “c2” do item 8.1.6 do edital, é dizer: de inscrição das licitantes e profissionais no Conselho Regional de Administração – CRA –, após emissão do parecer jurídico com a seguinte conclusão:

CONCLUSÃO

Ante ao exposto, opino no seguinte sentido:

No caso entelado, a exigência de Atestado Técnico da transmissão ao vivo no CRA, bem como a inscrição do licitante no respectivo Conselho de Classe se revela exacerbada e limitante eis que se refere a parcela de ínfima relevância do objeto.

Ora, **se não há mais exigência na lei do certame de registro das licitantes e seus profissionais no CRA, a exigência de certificado de responsabilidade técnica da licitante** – tal como posto no instrumento convocatório, ou, corretamente dos seus profissionais – **no respectivo Conselho não faz sentido fático e jurídico algum**, pois, segundo o CRA, apenas:

[...] empresa registrada no CRA deve possuir um Responsável Técnico, aquele profissional que detém conhecimentos em determinada área profissional, habilitado na forma da legislação vigente, e que responde, tecnicamente, pela qualidade dos serviços prestados pela empresa sob sua responsabilidade ao consumidor e sociedade.

(Disponível em: <https://www.cramg.org.br/fiscalizacao-do-exercicio-profissional/> Acesso em 1º/06/2023 às 22h27min)

Assim, deve a Administração exercer o seu poder de autotutela, a fim de anular o ato que inabilitou a Recorrente pois eivado de vício, consistente em comportamento contraditório, que o torna ilegal, consoante jurisprudência do STF:

Súmula nº. 346: A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula nº. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Não obstante, lembramos que “Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão” (art. 20 do Decreto-Lei nº. 4.657/1942), sendo que, no caso, a manutenção da inabilitação da Recorrente levará a Administração a

deixar de economizar, considerando o valor da proposta da licitante segunda colocada, ou seja: as consequências práticas são mais onerosas do ponto de vista financeiro.

3. DOS PEDIDOS

Ante o exposto requer:

3.1. O recebimento deste Recurso Administrativo;

3.2. O provimento deste Recurso Administrativo, para anular a exigência da alínea "g" do item 8.1.6 do edital e habilitar a Recorrente.

Lajinha – MG, 1º de junho de 2023

CAIO ALTOÉ MOREIRA

Sócio(a)-administrador(a)